

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AGRICULTURA FAMILIAR
CAMPONESA E EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES E PRODUÇÃO DE
AUTO-SUSTENTO NO FORTALECIMENTO DA
AGRICULTURA CAMPONESA EM
ASSENTAMENTOS DE NOVA SANTA RITA (RS)**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Sandra Nunes Rodrigues

Santa Maria, RS, Brasil.

2011

**PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES E PRODUÇÃO DE
AUTO-SUSTENTO NO FORTALECIMENTO DA
AGRICULTURA CAMPONESA EM
ASSENTAMENTOS DE NOVA SANTA RITA (RS)**

Sandra Nunes Rodrigues

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como
requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lia Rejane Silveira Reiniger

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Curso de Especialização em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES E PRODUÇÃO DE AUTO-
SUSTENTO NO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA
CAMPONESA EM ASSENTAMENTOS DE NOVA SANTA RITA (RS)**

elaborado por
Sandra Nunes Rodrigues

como requisito parcial para obtenção do grau de
**Especialista em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo**

COMISSÃO EXAMINADORA:

Lia Rejane Silveira Reiniger, Dr^a. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

José Geraldo Wizniewsky, Dr. (UFSM)

Carmen Rejane Flores Wizniewsky, Dr^a. (UFSM)

Santa Maria, Agosto de 2011.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar ao Movimento Sem Terra pela incansável organização em defesa dos camponeses e de um mundo com justiça social e humanidade. No caso específico deste estudo, também por sua luta e conquista do PRONERA, possibilitando o curso de Residência Agrária, inclusive.

E, ao mesmo tempo brindar com os professores do curso Residência Agrária da UFSM pela dedicação e desejo de apoiar a Reforma Agrária e os assentamentos.

Com especial saudação à professora Lia Reiniger, pelo exemplo ético e garra. Claro, a base, minha família, em especial à mãe Tereza e pai Waldir (em memória).

Às minhas filhas, Lara e Júlia, que além de fontes de inspirações e alegrias em minha vida, são bons desafios e contradições que instigam cotidianamente, e não permitem que esmoreça.

E ao companheiro Pardal, pelos aprendizados da vida compartilhada e apoio aos estudos.

RESUMO

Monografia de Conclusão de Curso
Curso de Especialização em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo
Projeto Residência Agrária
Convênio PRONERA/INCRA
Universidade Federal de Santa Maria

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES E PRODUÇÃO DE AUTO-SUSTENTO NO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA CAMPONESA EM ASSENTAMENTOS DE NOVA SANTA RITA (RS)

Autora: Sandra Nunes Rodrigues
Orientadora: Dr^a. Lia Rejane Silveira Reiniger
Data e Local da Defesa: Santa Maria, Agosto de 2011.

A partir da compreensão que famílias camponesas são aquelas com acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta e que buscam resolver seus problemas reprodutivos a partir da atividade agrícola, não diferenciando o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho, dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação, não havendo, portanto, uma separação entre produção e consumo. Com isto posto, o presente trabalho buscou compreender a participação das mulheres na agricultura e em alguns assentamentos de Reforma Agrária no município de Nova Santa Rita/RS, sendo apontados elementos de resistência e identificadas as principais motivações que levam as mulheres à participação em espaços coletivos (oficinas, reuniões, seminários, etc). Além disso, foram refletidos aspectos que envolvem os cultivos voltados para o auto-sustento e para a diversificação da produção praticados pelas mulheres, e como estas práticas negam a agricultura capitalista na ação cotidiana e reafirmam a agricultura camponesa, apesar dos desafios e contradições decorrentes da influência da sociedade monopolista atual.

Palavras-chave: Reforma agrária. Mulheres. Agricultura camponesa. Participação.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo
Universidade Federal de Santa Maria

PARTICIPATION OF WOMEN AND PRODUCTION OF SELF-SUPPORT IN strengthen rural agriculture SETTLEMENTS IN NEW SANTA RITA (RS)

Author: Sandra Nunes Rodrigues

Advisor: Dr^a. Lia Rejane Silveira Reiniger

Date and Place of the Presentation: Santa Maria, August, 2011.

From the understanding that family farmers are those with access to land and natural resources that it supports and seeking to solve their reproductive problems from agricultural activities, making no difference between the universe of those who decide on the allocation of the work of those who survive with the outcome of allocation, does not therefore a separation between production and consumption. With that said, this study sought to understand the participation of women in agriculture and in some settlements of Agrarian Reform in Nova Santa Rita / RS, with pointed elements of resistance and identified the main motivations that lead women to participate in collective spaces (workshops, meetings, seminars, etc.). In addition, we reflect on aspects that involve the cultivation toward self-reliance and diversification of production practiced by women, and how these practices deny the capitalist agriculture in everyday action and reaffirm family farming, despite the challenges and contradictions arising from monopolistic influence of society today.

Keywords: Agrarian Reform. Women. Family Farming. Participation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Características distintivas da agricultura do agronegócio e da agricultura camponesa.	16
Figura 1 – Localização do município de Nova Santa Rita no estado do Rio Grande do Sul.	29
Figura 2 – Encontro Estadual de Mulheres do MST, Viamão – 2011	42
Figura 3 – Feira no município de Nova Santa Rita – PA Santa Rita de Cássia II....	46
Figura 4 – Mulheres do assentamento Sino mostrando a produção de detergentes e amaciantes caseiros.....	46
Figura 5 – Mulheres da Via Campesina na ocupação da Storaenso, em 2008.....	47
Figura 6 – Coletivo de Saúde Terra e Vida produzindo sabonetes de glicerina.....	47

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Questionário - Identificação e auto-sustento.....	56
ANEXO 2 – Questionário - participação	57
ANEXO 3 – Questionário - participação	58

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 METODOLOGIA	11
3 CAPÍTULO I – OS CAMPONESES, A AGRICULTURA CAMPONESA E OS ASSENTAMENTOS	13
4 CAPÍTULO II – RESISTÊNCIA DAS MULHERES NA PERSPECTIVA DA AGRICULTURA CAMPONESA	21
5 CAPÍTULO III – PESQUISANDO A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS ASSENTAMENTOS DA REGIONAL ENIO GUTERRES	29
5.1 Caracterização Sócio-Organizacional dos Assentamentos da Regional Enio Guterres	29
5.2 Caracterização sócio-organizacional dos assentamentos da micro região de Nova Santa Rita	32
5.2.1 Assentamento Capela	32
5.2.2 Assentamento Itapuí Meridional	33
5.2.3 Assentamento Sino	34
5.2.4 Assentamento Santa Rita de Cássia II.....	35
5.3 A participação das mulheres nos assentamentos pesquisados	35
6 CAPÍTULO IV – ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS E DIMENSÕES DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES	40
7 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	52
ANEXOS	55

1 INTRODUÇÃO

A partir da motivação em compreender a agricultura camponesa e os seus desafios atuais (acelerados pela lógica do agronegócio), e pela vivência pessoal em assentamentos da Reforma Agrária através da atuação na Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos - Coptec e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, senti-me instigada a refletir sobre a presença das mulheres nos assentamentos localizados no município de Nova Santa Rita, sua participação na vida organizativa e social do assentamento e sua compreensão sobre algumas ações próprias da agricultura camponesa, a saber: a produção de alimentos para o auto-sustento e o envolvimento da família no processo produtivo.

Entre as hipóteses iniciais da pesquisa buscou-se avaliar se a renda é um importante fator a estimular a participação das mulheres nos espaços coletivos dos assentamentos e da região, ou quais outros fatores devem ser considerados na participação destas mulheres. Ainda, compreender se, de fato, o auto-sustento é um importante componente da renda familiar, e analisar o papel das mulheres nestes cultivos. Compreendendo o auto-sustento como os cultivos da horta, das plantas medicinais e pomares, os paníficios de maneira geral e a produção de geléias e compotas de origem vegetal. Também foram considerados outros produtos que, de forma geral, são de responsabilidade das mulheres, como a produção de seus próprios materiais de limpeza e higiene.

Pretende-se, neste trabalho, proporcionar reflexões que busquem capacitar e qualificar as demandas das mulheres no processo produtivo e nos espaços coletivos, além, lógico, contribuir com as futuras ações da assistência técnica e do MST na região estudada.

O trabalho está organizado em quatro capítulos, sendo que no primeiro capítulo se busca aprofundar o referencial teórico acerca do tema da agricultura camponesa, refletindo, ao mesmo tempo aspectos que envolvem os desafios dos assentamentos, assim como conceituar o significado de assentamento para o MST.

No segundo capítulo, a partir de uma breve análise da agricultura camponesa e seu contexto atual, buscou-se refletir sobre a participação das mulheres nesta agricultura praticada em quatro assentamentos da Reforma Agrária do município de

Nova Santa Rita- RS. Serão apontados alguns elementos de resistência e consideradas, nesta reflexão, as relações de gênero, ou, ainda, os limites e desafios colocados pela sociedade patriarcal, e a forma culturalmente elaborada que a diferença sexual toma em cada sociedade, e que se manifesta nos papéis e 'status' atribuídos a cada sexo, e, claramente percebidos, inclusive, quando se trata dos cultivos voltados para o auto-sustento e para a diversificação da produção na agricultura camponesa. Sendo estas práticas de responsabilidade, no geral, das mulheres.

O terceiro capítulo foi subdividido em duas partes. Na primeira foi abordada a caracterização sócio-organizacional das famílias assentadas, tanto a estrutura organizativa presente na região, como nos assentamentos pesquisados. E, na segunda parte, o debate está focalizado na participação propriamente das mulheres nos espaços coletivos dos assentamentos e da Regional Enio Guterres, buscando-se apresentar referenciais teóricos relacionados ao tema.

No quarto e último capítulo se tenta compreender, a partir da pesquisa de campo, da vivência pessoal e profissional da autora, dos relatos das mulheres, que a estratégia econômica e social do lote familiar passa, ou deve passar, necessariamente, pela diversificação da produção e pelos cultivos voltados para o auto-sustento, e aqui, justamente, é que residem alguns elementos da autonomia camponesa, e da participação das mulheres. E, da mesma maneira, como estas práticas negam a agricultura capitalista na ação cotidiana e reafirmam a agricultura camponesa, apesar dos desafios e contradições decorrentes da influência da sociedade monopolista em que se vive.

Entretanto, é inegável que a participação e as práticas das mulheres, tanto nos espaços coletivos como nos lotes familiares devem ser estimulados, inclusive porque ultrapassam, quando potencializados, os limites do auto-sustento, trazendo um maior envolvimento da família e a melhoria na qualidade de vida.

Nas considerações gerais deste trabalho são apontados alguns temas que necessitariam de aprofundamento, pois estão, segundo a pesquisa, vinculados entre si com o debate das mulheres e da agricultura camponesa.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com 15 mulheres camponesas que moram em assentamentos localizados no município de Nova Santa Rita, a saber: Sino, Capela, Santa Rita de Cássia II e Itapuí Meridional.

As mulheres participantes da presente pesquisa estão envolvidas em alguns grupos coletivos, como é o caso do Grupo Mulheres Guerreiras que se dedica especialmente à produção de hortaliças, as mulheres do Coletivo Regional de Saúde “Terra e Vida”, além de mulheres sócias da Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita Ltda. – Coopan, e da Associação Grupo Erval. Ainda, mulheres militantes do MST que não participam de grupos coletivos.

A pesquisa foi semi-estruturada, através de questionários e entrevistas qualitativas. Inicialmente, foram efetuados entrevistas individuais com base em questionários que se encontram nos anexos 1 e 2, e, um diálogo coletivo com as envolvidas no Coletivo de Saúde procurando-se identificar os fatores de motivação à participação na área da saúde e plantas medicinais, cujo questionário consta no anexo 3.

As questões que envolveram o questionário foram focadas nas motivações à participação social nos assentamentos e espaços coletivos e na produção para o auto-sustento, compreendendo o auto-sustento na dimensão das hortas, pomares, criações de animais de pequeno porte, envolvimento no cultivo e beneficiamento das plantas medicinais, assim como o envolvimento no beneficiamento de produtos de panificios (pães,ucas, bolos, bolachas), chimias (geleias) e conservas, além da manufatura de materiais de limpeza e higiene.

Para o desenvolvimento do trabalho foram incluídas percepções e participações da autora nos assentamentos, a partir do acompanhamento de grupos de mulheres ao longo do tempo de militância no MST, e, profissionalmente, na Cooptec. Neste sentido, foram utilizados, como subsídios, documentos e fotos elaborados no decorrer desta trajetória pessoal e profissional.

A pesquisa também foi constituída por um levantamento de dados secundários, em fontes estatísticas, planos de desenvolvimento da Cooptec, entre

outros, como, também, contou com uma pesquisa bibliográfica aprimorando o marco conceitual deste trabalho.

Ao final da pesquisa, reunimo-nos com as mulheres envolvidas para apresentar os dados e as conclusões obtidas com este trabalho, com o objetivo de contribuir para o planejamento do MST e da Coptec na Região.

3 CAPÍTULO I – OS CAMPONESES, A AGRICULTURA CAMPONESA E OS ASSENTAMENTOS

Compreende-se por camponesas aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da atividade agrícola amplo senso, desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho, dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação. Com isto destaca-se que as decisões devem ser tomadas por todos que trabalham e participam do processo produtivo e social, ou seja, homens e mulheres, além de reforçar que a sobrevivência fundamental da família deve vir da atividade agrícola (CARVALHO, 2005).

Como nos embasa Carvalho (2005), este conceito dá ênfase à centralidade das necessidades reprodutivas da família no processo decisório das atividades camponesas, que, assim, constitui uma unidade indissociável entre esfera de produção e esfera de consumo. Logo, as expectativas em relação às necessidades e condições reprodutivas vêm primeiro, e, se forem atendidas, mesmo que expectativas de lucro se frustrem reiteradamente, a unidade produtiva camponesa continua em funcionamento e, muito provavelmente, não alterará, “só” por isso, sua rotina.

Do mesmo modo, não se exclui a busca da formação de elementos de capital (a acumulação de meios de produção) como traço da realidade camponesa. Entende-se, isto sim, que tais processos se subordinam, também, às condições e necessidades reprodutivas. De modo que, ao contrário dos empreendimentos que acumulam para maximizar lucro, a unidade camponesa acumula para tornar mais eficiente a reprodução. De acordo com o julgamento de cada família sobre o grau de satisfação de suas necessidades, irá aportar mais trabalho ou menos (COSTA, s/d)

Pelo que foi afirmado anteriormente pode-se compreender que o campesinato desenvolve uma relação social de produção que lhe é própria. Além disto, que, nestas relações, existem aspectos positivos, mas, também, negativos.

Nesse sentido, Mançano (s/d), nos diz que a delimitação de campesinato é um exercício político e duas referências são importantes para precisar o conceito de camponês: a história e a teoria.

Da primeira (história), demarcamos sua natureza e da segunda (teoria) as diversas interpretações a respeito de sua existência e perspectivas.

O processo de formação do campesinato remonta à gênese da história da humanidade. Essa leitura histórica é importante para a compreensão da lógica da persistência do campesinato nos diferentes tipos de sociedade. A existência do campesinato nas sociedades escravocrata, feudal, capitalista e socialista é um referencial para entendermos o sentido dessa perseverança.

A coexistência e a participação do campesinato nesses diferentes tipos de sistemas sociopolíticos e econômicos e a sua constância quando do fim ou crise dessas sociedades demonstram que essa firmeza precisa ser considerada como uma qualidade intrínseca dessa forma de organização social (MANÇANO, p.1)

Não se quer aqui transmitir a impressão de um campesinato eterno, que sempre foi igual em todos os períodos da história, ignorando a relação social propriamente dita em cada modo de produção, onde as relações sociais são diferenciadas. No fundo o que se mantém, na compreensão da autora, é o trabalho e sua relação com a natureza. Neste sentido, sempre existe a ação do homem modificando a natureza, transformando-a, artificializando-a em seu proveito e de sua família. Em boa parte destes conceitos está o trabalho familiar destacado.

E Mançano (s/d), ainda, nos diz

...o camponês é compreendido por sua base familiar. Pelo trabalho da família na sua própria terra ou na terra alheia, por meio do trabalho associativo, na organização cooperativa, no mutirão, no trabalho coletivo, comunitário ou individual. A base familiar é uma das principais referências para delimitar o conceito de campesinato. Em toda a sua existência essa base foi mantida e é característica fundamental para compreendê-la (MANÇANO, p. 3).

Então, quando se trata de campesinato, é importante levar em conta um dos aspectos da estrutura camponesa que é justamente o tipo de propriedade. Conforme Oliveira (1987), a propriedade privada da terra por parte dos camponeses é uma unidade produtiva familiar, distinta da unidade de produção capitalista. É uma propriedade que não lhe serve para a exploração do trabalho alheio. Estamos diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador, sendo sua primeira característica. É, pois, terra de trabalho. É, portanto, propriedade do trabalhador, não é fundamentalmente instrumento de exploração. Esta propriedade de trabalho lhe garante a sua segunda característica, que é a sua autonomia, seja sobre as opções que estabelece acerca do que produzir, quando e como, além de lhe conceder, também, a autonomia de dispor da produção obtida da maneira que lhe convier.

No entanto, esta autonomia ou a possibilidade de independência pessoal, por possuir a propriedade da terra e de dispor livremente da produção obtida, é restringida pelo desenvolvimento econômico dessa unidade de produção, inserida numa economia capitalista monopolista.

Entre os camponeses, é costumeiro encontrar meios de produção simplificados. Além disso, diversos desses insumos e instrumentos de trabalho são criados pelos próprios camponeses, deixando de ser mercadorias, estando fora do circuito mercantil (CARVALHO, 2003).

Outra característica relevante refere-se à organização do trabalho. Por estar de posse da terra e de alguns meios de produção, a organização do trabalho se desenvolve com base no trabalho familiar, não havendo uma jornada de trabalho especificamente definida, alterando-se conforme o ciclo produtivo e as atividades desenvolvidas. Combinam-se períodos de intensas atividades com outros de ociosidade. Por não haver na agricultura coincidência entre o tempo de trabalho e o de produção, o campesinato lança mão de uma estratégia de cooperação que se manifesta em diferentes relações de trabalho, indo desde a prática do mutirão, troca de dias, até a parceria (OLIVEIRA: 1987, CARVALHO: 2003, ABRAMOVAY: 1990).

Um aspecto adicional da organização do trabalho refere-se à presença de trabalho temporário de terceiros no processo produtivo. Ocasionalmente, considerado o volume e a intensidade de atividades, os camponeses contratam serviços de outra força de trabalho para complementar aquela que lhe falta, sendo muito frequente, sobremaneira, no período de colheita. O pagamento ocasional de mão de obra a outra pessoa (externa ao núcleo familiar) não deve caracterizar o camponês como um pequeno capitalista, pois não extrai mais valia. Geralmente, o contratado é um outro camponês, não se tratando, portanto, de um trabalhador plenamente expropriado. Por essas razões, o camponês não estabelece com o trabalhador temporário uma relação de assalariamento tipicamente capitalista (OLIVEIRA, 1987, TAVARES DOS SANTOS, 1978).

Por outro lado, o assalariamento temporário dos camponeses constitui-se, também, numa estratégia econômica da família, seja para complementar os seus rendimentos, garantindo a sua sobrevivência, seja equilibrando a disponibilidade da força de trabalho interna. O camponês lança mão desta atividade como um trabalho acessório, mas sua tendência é ampliar esta parcela de trabalho dada a sucessiva redução de seus ganhos com as atividades mercantis. Acrescenta-se ao debate,

inclusive, como uma das possibilidades de compreender as principais diferenças entre a agricultura camponesa e a agricultura do capital, o que se chama hoje de agronegócio.

E o agronegócio, como nos fala Campos (2009), é compreendido como

O agronegócio deve ser compreendido como uma complexa articulação de capitais direta ou indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos multinacionais e que, em aliança com o latifúndio e o estado, tem transformado o interior do Brasil em um lócus privilegiado de acumulação capitalista, produzindo, simultaneamente, riqueza para poucos e pobreza para muitos e, por conseguinte, intensificando as múltiplas desigualdades sócioespaciais. Entre os agentes que compõem essa engrenagem denominada agronegócio estão os agropecuaristas, que controlam os processos produtivos em terras próprias e/ou arrendadas, que se dedicam a produzir alimentos-mercadoria, ou seja, produzem o que propicia maior lucro, não o que a população necessita ou é mais típico da cultura local (CAMPOS, p. 31).

No Quadro 1, é apresentada uma síntese comparativa entre a agricultura praticada pelo agronegócio e a agricultura camponesa. E compreende-se aqui agronegócio enquanto expressão contemporânea do modelo agrícola neoliberal que não se interessa pela produção de alimentos, que não se interessa por um campo com gente e com comunidades de camponeses, que não se interessa pela Reforma Agrária e, portanto, por uma proposta de desenvolvimento do campo que democratize o uso e a posse da terra (MST, 2006).

Agricultura do Agronegócio	Agricultura do Camponês Autônomo
Objetivo final da produção é a realização da taxa média de lucro	Finalidade é a reprodução da família com qualidade de vida
Ênfase na especialização (monocultivo)	Ênfase na diversificação de cultivos e criações
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Trabalho assalariado permanente	Trabalho assalariado complementar
Organização centralizada (decisão ao nível do patrão ou capataz)	Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos camponeses que trabalham
Ênfase nas práticas agrícolas padronizáveis (pacote tecnológico agroquímico)	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida (ênfase na agroecologia)
Vinculado aos produtos das cadeias produtivas focadas para a exportação	Vinculado aos produtos voltados ao mercado interno

Quadro 1 – Características distintivas da agricultura do agronegócio e da agricultura camponesa.

Fonte: Carvalho (2005) e adaptado de discussões com colegas da COPTEC durante o processo de planejamento nos assentamentos da região Enio Guterres realizadas entre 2005 e 2007.

Por mais que o capitalismo, ao se estabelecer como uma relação social no campo tenha trazido consigo a industrialização da agricultura, integrando-a numa ampla divisão social do trabalho, mesmo assim os camponeses possuem condições de manter uma relativa autonomia frente ao capital. É sobre esta possibilidade de autonomia, que repousa a condição de se desenvolver e organizar uma resistência ativa econômica, política e social das famílias camponesas (MST, 2006).

No presente estudo se quer reforçar que, nos dias de hoje, ter acesso à terra e aos meios de trabalho, mesmo que insuficientes, e possuir conhecimentos, mesmo que simples, mas que garantam o domínio dos processos de produção agrícola é uma virtude da condição camponesa, sendo muito importante para a sua resistência e construção de alternativas.

E entre estas alternativas situam-se os assentamentos atuais, fruto da luta pela terra e pela reforma agrária, onde os camponeses são sujeitos históricos com uma determinada condição social reconhecida como “assentados”, localizados numa estrutura social chamada assentamento. Nestes espaços sociais a exploração econômica que antes ocorria pela presença de diversos agentes econômicos que centralizavam a comercialização da produção ou o crédito (sejam as cooperativas tradicionais, grandes cerealistas ou atravessadores que atuavam nas regiões ou, ainda, os agentes financeiros), passou agora a ser desenvolvida, em muitas regiões, pela ação direta de grandes corporações transnacionais que, agora, arrendam as terras dos assentados, ou estabelecem contratos de integração em condições muito desfavoráveis para estes camponeses (MST, 2006).

Essa nova condição em que se exerce a exploração econômica dos assentados, afeta justamente o coração da resistência camponesa. Afeta sua autonomia no uso da terra, na organização do trabalho dentro dela e na liberdade de dispor da produção da melhor forma que lhe convier.

Na medida em que o assentado se integra em alguma cadeia produtiva, o contrato assumido passa a ditar toda a norma do trabalho a ser desenvolvido na sua terra (o que, como, quando desenvolver as atividades), além de determinar a forma de comercialização e as condições de financiamento e os preços recebidos (MST, 2003).

Em consequência, o capital modifica as bases de sua dominação, que antes se dava pela monopolização do território através do controle do crédito e da comercialização, passando a se realizar, doravante, pela sua plena e efetiva

territorialização (controle absoluto do território). A exploração dos camponeses que antes ocorria no momento da circulação das mercadorias, gerando uma exploração indireta, com o avanço do agronegócio, passa para uma exploração direta do capital sobre os recursos naturais e sobre o trabalho dos camponeses (OLIVEIRA, 1991).

Esta força econômica e política do agronegócio também se manifesta na postura ideológica dos camponeses. Para muitos dos camponeses o moderno é produzir a soja transgênica ou consumir a margarina e não a nata ou a manteiga por eles produzidas. Esta postura ideológica penetra fundo na “alma” camponesa e gera estas contradições: discursa-se contra o agronegócio e adota-se o modelo tecnológico dominante; o discurso é de que a função social é a produção de alimentos, mas o consumo em casa está pautado pelo padrão industrial; fala-se em preservação da natureza, mas não há respeito a ela (desmata-se; aplicam-se agrotóxicos; etc) (MST, 2006).

Retomando, então, o debate e a posição do MST sobre os assentamentos

... os assentamentos constituíram-se em um território, portanto um espaço de luta e conquista que simboliza a recuperação da dignidade, que vem na forma de um pedaço de chão, da qual foram expropriados, carregam consigo a luta e o sofrimento, do enfrentamento com a polícia, da violência dos latifundiários e da resistência embaixo do calor da lona preta. Os camponeses organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra são herdeiros de uma luta que começou por outros camponeses, que foi travada ao longo da história deste país, portanto são herdeiros e protagonistas de uma história”. (MST, 2006).

Os assentamentos, na sua ampla maioria, surgiram da luta e da pressão social de milhares de famílias sem terra. Aquele latifúndio que antes simbolizava a concentração de terra, exploração do trabalho alheio, representante do poder político da burguesia na região, agora, com o assentamento, passou a simbolizar a distribuição das terras para centenas de famílias, instalando-se o trabalho familiar, gerando alimentos diversos. Assim, os assentamentos expressam a luta social e a constituição de novas relações sociais.

O assentamento torna-se um território onde a disputa política, ideológica e econômica com a burguesia e as forças do latifúndio pelo seu controle é permanente. Estas novas relações sociais que se estabelecem no assentamento, com a democratização da terra e com o trabalho familiar, não são suficientes para garantirem as mudanças na visão de mundo, nas práticas produtivas e nas relações cotidianas entre as pessoas e nem alteram o poder político local. A todo momento a família assentada é seduzida pelos encantos da sociedade de consumo capitalista; pelas

promessas de maior produtividade do modelo agrícola do agronegócio; pelos encantos de políticas governamentais clientelistas (MST, 2006).

Segundo Ploeg (2008) levanta interessante debate sobre o campesinato quando comenta

...o *modo* camponês de *fazer agricultura* tem sido, amplamente, negligenciado. A ênfase tem sido colocada simplesmente no envolvimento na agricultura como um dos elementos que definem a produção camponesa. O fato de os camponeses estarem envolvidos na agricultura era algo dado, mas as questões relacionadas com a forma *como* eles estavam envolvidos e *como* eles praticavam a agricultura, e se essa *forma* era ou não *distintiva* em relação a outros modos de praticar agricultura, quase não eram mencionadas. Por conseguinte, o caráter distintivo dos camponeses tem sido procurado, essencialmente, nas relações desiguais de poder e/ou nas suas características socioculturais. Claro que minha intenção não é negar a presença dessas relações desiguais de poder. No entanto, muitas questões permanecem, entre as quais saber de que forma a desigualdade nas relações de poder se traduz num ordenamento específico das muitas atividades e relações em que os camponeses se envolvem. Os camponeses, onde quer que vivam, relacionam-se com a natureza em formas que diferem radicalmente das relações implícitas noutros modos de fazer agricultura. Da mesma forma, os camponeses formulam e reformulam os processos de produção agrícola em realidades que contrastam significativamente com aquelas criadas por agricultores empresariais e capitalistas. Finalmente, eles moldam e desenvolvem seus recursos, tanto materiais como sociais, de modos distintos (PLOEG, 2008, p. 37).

Esta discussão contribui com um debate mais amplo de campesinato, levando em consideração seu aspecto sócio-cultural, e contextualizando as diferenças entre a agricultura camponesa e a do agronegócio.

Para o MST (2009), as famílias assentadas devem ter o compromisso de promover uma agroecologia, com uma base material e científica que repense as relações com a natureza e com os seres humanos, elevando a produtividade física dos solos e também a produtividade do trabalho. Estimular a diversificação produtiva modificando os hábitos e atitudes frente à natureza, e alterar os hábitos de consumo e de alimentação influenciados pela lógica do capital são desafios permanentes.

Ao mesmo tempo, neste contexto de avanço do modelo agro-exportador com prioridade à produção em grandes áreas para exportação, os assentamentos encontram muitas dificuldades na materialização plena de suas potencialidades, e não se transformaram em uma política ampla e massiva de democratização da terra no Brasil, assim como os sucessivos governos não os coloca como parte de uma estratégia de desenvolvimento focado no mercado interno, com a reforma agrária enquanto um de seus elementos estruturadores.

Apesar disso, e da insuficiência de políticas e ações governamentais dentro dos assentamentos, a condição de vida destas famílias se modificou positivamente, segundo pesquisa realizada pelos técnicos de campo contratados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, em 2008). Estes estudos revelaram uma melhoria da vida das famílias assentadas dadas suas condições anteriormente vividas. A pesquisa apontou que 66% das famílias pesquisadas indicaram uma melhora no padrão de sua alimentação; 62% perceberam um aumento no seu poder de compra, sobretudo de bens duráveis, e 79% dos entrevistados apontaram melhorias na habitação. Outro dado revelador da pesquisa referiu-se à confiança no futuro por parte destas famílias: 87% delas acreditam que o futuro será melhor.

Com estes dados pode-se afirmar que a Reforma Agrária, apesar dos limites estruturais para sua consolidação, é uma necessidade e possibilidade na sociedade, tanto para a melhoria de vida de milhares de camponeses, como para a produção de alimentos diversificados e de qualidade na mesa dos brasileiros.

4 CAPÍTULO II – RESISTÊNCIA DAS MULHERES NA PERSPECTIVA DA AGRICULTURA CAMPONESA

A partir desta breve análise da agricultura camponesa e seu contexto hoje, pretende-se, neste capítulo, tratar da participação das mulheres nesta agricultura e em assentamentos de Reforma Agrária do município de Nova Santa Rita- RS. Serão apontados alguns elementos de resistência e participação, e as principais motivações aos cultivos voltados para o auto-sustento e para a diversificação da produção praticados pelas mulheres.

A resistência, aqui compreendida, não se refere ao conflito direto, nem resistência ao confronto das ocupações. Trata-se da resistência materializada na produção, na perspectiva da produção de alimentos saudáveis, na busca da produção diversificada, e, caso articuladas, podem tornar-se transformadoras da realidade (PLOEG, 2008). Trata-se, também, de resistência ao modelo imposto pela lógica do lucro a qualquer custo, onde se ingerem “substâncias comestíveis parecidas com comida”, em que muitos dos produtos não são mais da natureza, mas processados de acordo com as prioridades do alimento-mercadoria (MICHAEL POLLAN, 2008). Segundo este autor, saúde e alimentos não-industrializados andam juntos, e, ainda, não se deve comer nada que um dia possa não apodrecer, ou ainda, se deveria dispensar os corredores centrais dos supermercados e comprar alimentos em feiras livres ou mercadinhos, e, se possível, cozinhar seus próprios alimentos e produzi-los.

Neste processo produtivo e social, pela experiência pessoal e profissional da autora nos assentamentos, as mulheres logo que chegam ao lote conquistado, sonham e planejam sua produção, a casa, tanto em relação à sua estrutura física, como seu entorno (tudo o que cerca a casa), o auto-sustento, o embelezamento, o saneamento e a moradia. Mas, ao mesmo tempo, este interesse e dedicação são desvalorizados pela comunidade, pois não gera renda monetária imediata e direta, sendo considerado algo complementar. E isto, em alguns momentos, segundo as próprias mulheres, as desestimula, tanto para a inserção no processo produtivo, como no organizativo, do assentamento.

Conforme o MST, a expressão "assentamento" é utilizada para identificar não apenas uma área de terra no âmbito dos processos de Reforma Agrária, destinada à produção agropecuária e/ou extrativista. É também um espaço heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias camponesas, e este espaço ganha vida depois de desapropriado ou adquirido pelos governos federal e/ou estaduais, com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à Reforma Agrária.

Os assentamentos têm o desafio de buscar resolver as necessidades concretas das famílias, criando condições para o trabalho, para a produção e moradia, organizando a economia e as dimensões da vida social, educacional e cultural das famílias assentadas. Está incluída aqui a consciência social e política das famílias. Assim, os assentamentos podem ser considerados a grande contribuição do MST para a sociedade brasileira, tanto na produção de alimentos, como na organização das famílias na perspectiva de uma melhoria em sua qualidade de vida, em sua ampla dimensão (MST, 2010).

Entretanto, a sociedade contemporânea monetarizou a vida e suas relações, transformando tudo em mercadoria, tendo como estrela a mercadoria chamada dinheiro que compra todas as demais. E as outras formas, os produtos não transformados em valor monetário, são ignoradas (ANCA, 2007).

Porém, na agricultura camponesa, conforme alguns dos autores citados, a família é quem controla e organiza o seu trabalho produtivo, e, nestas famílias, portanto, participam mulheres e homens. E, nesta perspectiva, as mulheres e os homens estão (ou deveriam estar), necessariamente, juntos no espaço da produção e da reprodução, garantido a qualidade, diversidade e a renda da produção. Compreende-se aqui que o espaço da produção é onde estão os meios de produção e a força de trabalho, onde é gerada a renda e a alimentação da família. Os espaços de reprodução consideram-se todas as ações e trabalhos que possibilitam a produção, como são o exemplo do trabalho com a educação e a saúde da família, os cuidados com a casa, com os alimentos, enfim, tudo que envolve o espaço "doméstico".

De forma geral, as mulheres estão no espaço reprodutivo cuidando das tarefas que não geram renda direta, efetuando, portanto, um trabalho "invisível" (MST, 2003). E esse trabalho invisível não aparece na perspectiva de gerar renda monetária, em espécie, apesar de fundamental para o desenvolvimento da economia camponesa, conforme abordado em capítulos anteriores.

A sociedade de classes impôs tarefas e papéis diferenciados aos homens e mulheres, tentando, a todo o momento, naturalizar estas diferenças e fazendo-nos acreditar que elas existem como fruto da biologia, ou seja, da essência natural de cada ser, sem levar em conta os momentos históricos e as necessidades materiais do modo de produção capitalista.

De maneira geral, como já afirmado, cabe aos homens o trabalho nos espaços de produção, fora da casa, e às mulheres, as tarefas do espaço doméstico, dentro da casa. E isto gera contradições no campo, onde, por exemplo, fazer o alimento (refeições) seria tarefa das mulheres, mas produzi-lo, caberia aos homens.

Estas relações, e diferenças, construídas pela história, diferenciando tarefas e papéis entre os homens e as mulheres são tratadas como “relações de gênero”, e se dialogará com elas a partir de agora.

Conforme o dicionário Aurélio Buarque de Holanda - Brasil (2008), gênero é a forma culturalmente elaborada que a diferença sexual toma em cada sociedade, e que se manifesta nos papéis e ‘status’ atribuídos a cada sexo e constitutivos da identidade sexual dos indivíduos.

Então, conforme o próprio dicionário Aurélio, as diferenças entre masculino e feminismo são construções culturais de cada sociedade. Ou, como explica Nalu Faria e Miriam Nobre (2003)

Esse conceito coloca claramente o ser mulher e o ser homem como uma construção social, a partir do que é estabelecido como feminismo e masculino e dos papéis sociais destinados a cada um. Por isso, gênero, um termo emprestado da gramática, foi a palavra escolhida para diferenciar a construção social do masculino e feminino do sexo biológico.

Gênero é um conceito relacional, ou seja, que vê um em relação ao outro e considera que estas relações são de poder e hierarquia dos homens e mulheres (NOBRE e FARIA, 2003, p. 9).

Gilda Cabral (2003) nos diz

...através desse negócio de gênero (relações de gênero), se consegue explicar muitos comportamentos de homens e mulheres em nossa sociedade e também nos ajuda a entender as dificuldades que as mulheres enfrentam na sua família, na sua vida sexual, no trabalho e na vida política. As relações de gênero são construídas pela sociedade em que vivemos e variam de país para país e também no tempo. O que observamos hoje é que estas relações, construídas através das diferenças sexuais das pessoas, limitam muito a ação das mulheres, e a sociedade não reconhece o seu trabalho reprodutivo.

Com isto posto, compreende-se que os papéis ou “status”, ou as relações de poder entre os homens e mulheres são também consequência de bases materiais, de como os seres humanos se relacionam em uma sociedade regida pela propriedade privada, onde quem controla os meios de produção (as condições materiais para a reprodução da vida dos indivíduos e da sociedade), controla o destino, o futuro das pessoas. Portanto o ‘status’ ou o poder ou a hierarquia tem um fundamento material gerado pela sociedade capitalista, patriarcal, onde a vida e as relações também se transformam em mercadoria.

A sociedade patriarcal influencia na composição das famílias hoje, onde historicamente o poder é dos homens, ou a dominação é exercida pelo pai sobre a mulher e os filhos, como nos diz Lessa (2010)

As mulheres não nascem naturalmente submissas ou dependentes das leis do mercado, ou dos homens, mas são incorporadas a essa ideologia patriarcal pela sociedade de classes, capitalista (LESSA, 2010, p. 10).

Lessa ainda se refere à sociedade de classes para destacar a subordinação ou submissão, quando nos diz,

Sem a reprodução biológica dos indivíduos, nenhuma sociedade poderia existir. E, nas sociedades de classe, é impossível que a criação das crianças, a preparação dos alimentos, da moradia, etc., continuem sendo atividades coletivas como no passado. Nenhum senhor de escravo, senhor feudal ou burguês criará os filhos e pagará a alimentação de seus concorrentes – do mesmo modo que não cuidam dos filhos dos trabalhadores que exploram. Como tais atividades, ainda que fundamentais para a vida social, não geram a propriedade privada, elas serão agora exercidas pelas mulheres enquanto parte da vida privada (isto é, não coletiva) de cada proprietário. Caberá aos homens “prover” suas mulheres; estas devem “servir” aos seus senhores. A relação consensual e igualitária da família convencional é substituída por uma relação de poder. Aos indivíduos masculinos cabe o poder da propriedade privada, serão eles os maridos. Às mulheres cabem as atividades que não geram a riqueza privada: serão esposas ou prostitutas (LESSA, 2010, p. 14).

Ainda, conforme o pensamento de Simone de Beauvoir, “cada mulher nasce macho ou fêmea (sexo), mas torna-se homem ou mulher (gênero): não se nasce mulher, torna-se mulher (MST, 2003).

É nesta realidade, de classes e contraditória, que se encontram as camponesas nos assentamentos da Reforma Agrária, e onde se manifestam e residem alguns dos desafios da agricultura camponesa e do papel das mulheres no lote conquistado.

Pela experiência pessoal e profissional da autora, é percebido que a lógica da monocultura, com a produção do alimento somente voltada ao lucro, com o uso desenfreado de máquinas e venenos, leva à chamada “miudeza”, ou seja, ao auto-sustento, à criação de pequenos animais, à produção de alimentos diversificados e saudáveis perderem sua força e importância, inclusive na agricultura camponesa. Com isto posto o trabalho das mulheres, gradativamente, vai sendo desvalorizado e perdendo seu poder. O espaço que vai sobrando às mulheres é o da casa, diminuindo o espaço da produção.

Como já foi mencionado, o capitalismo visa à produção de alimentos-mercadoria, que dêem lucro, e isto resumindo, grosso modo, significa monocultura e exportação. Assim ficam mais evidentes os desafios decorrentes da influência da sociedade capitalista (do agronegócio) e da propriedade privada na vida das mulheres camponesas.

Mas, ao mesmo tempo, apesar de pouco difundido, observam-se, nos assentamentos, camponesas que resistem a esta lógica e continuam enquanto principais responsáveis pela produção do “entorno” da casa e pela renda gerada, seja a partir da cultura de plantas medicinais, seja com a criação de animais de pequeno porte, com o cultivo de hortas, com a organização de agroindústria, com a produção de leite e seus derivados, ovos, frutas, panificios, garantindo a alimentação saudável e diversificada para o auto-sustento e para a comercialização do excedente. Com essas práticas, as mulheres, inclusive, fortaleceram a agricultura camponesa e combatem o agronegócio na ação cotidiana (ANCA, 2007).

O capitalismo torna tudo mercadoria (valor de troca), pois o seu objetivo único é a sua própria reprodução e ela depende da valorização do capital (extração da mais valia e, dela, o lucro). E ao defrontar-se com a agricultura e a natureza, o capitalismo precisa artificializar e pré-fabricar as condições naturais, visando ao maior lucro. Logo, ao artificializar os processos naturais, o capitalismo os simplifica e busca sua padronização. A lógica do capitalismo é a da monocultura, da uniformidade, e, para o capital, a natureza está para ser explorada e gerar lucro, não para potencializar a vida e a natureza e levar em consideração toda a sua complexidade e sua diversidade (ANCA, 2007).

Mas, conforme a experiência profissional da autora (COOTAP, 2008), quando as mulheres resgatam os saberes das plantas medicinais, por exemplo, reforçam sua liberdade e autonomia frente à indústria químico-farmacêutica e geram renda

para a sua família, seja com o trabalho de promoção e prevenção da saúde, seja com a comercialização interna de subprodutos, como sabonetes, cremes e xampus a base de plantas, além da produção de mudas e plantas secas. Nesta trajetória, trabalho e vida se entrelaçam e se relacionam. Vão além da lógica mercantilizada, contabilizada (ANCA, 2007).

Além disso, as plantas medicinais exercem um papel fundamental em projetos de desenvolvimento local e participativo, pois quando se fala de plantas medicinais invocam-se saúde, alimento, economia, meio ambiente, cultura, organização e participação social (COOTAP, 2008).

Além destes, e de outros aspectos não enfocados aqui, considera-se importante destacar que, hoje, as plantas medicinais se tornaram uma política pública do Sistema Único de Saúde – SUS, uma vez que o governo federal brasileiro aprovou a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, por meio do Decreto Presidencial Nº. 5.813, de 22 de junho de 2006. Nesta perspectiva, a população da cidade e do campo pode ser atendida com remédios naturais e outras práticas alternativas de saúde. Em conseqüência, as mulheres que trabalham com plantas medicinais foram providas de maiores possibilidades de participação e renda (COOTAP, 2008).

Contudo, faz-se importante também mencionar, conforme a experiência da autora e em relatos informais de militantes do setor de saúde do MST, que os camponeses/as não devem abdicar de suas farmácias verdes e sua própria produção e organização, caso contrário a indústria químico-farmacêutica, em nome da saúde natural, vai se apropriar, e manipular, destes saberes historicamente construídos e transformá-los em capital. E esta lógica seria a mesma da monocultura. Produzir e consumir do seu próprio trabalho é autonomia.

Além deste aspecto, a legislação vigente e a ausência de projetos e apoios públicos para execução da Política de Plantas Medicinais dificultam a geração de renda à pequena agricultura, e as mulheres acabam produzindo informalmente e somente para o consumo nos assentamentos e espaços internos, como reuniões e cursos.

Mas percebe-se, que ao trabalhar com as plantas medicinais e a fabricação de diversos subprodutos para uso familiar e até comercial, as mulheres construíram espaços participativos e de motivação na região estudada (COOTAP, 2008).

O uso das plantas medicinais é possibilidade e permite, portanto, participação e renda às mulheres camponesas, por isso o destaque a esta linha produtiva na região estudada.

A autora vem identificando, através da ação prática nos assentamentos, que, no mesmo sentido, está a produção voltada para os cultivos do auto-sustento. Considerando-se que, a partir de 2009, o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, atendendo à lei federal nº 11.947 de 2009, determina que, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Educação (FNDE) para alimentação escolar sejam investidos na compra de produtos dos agricultores familiar e assentados da Reforma Agrária, reforça-se a importância da produção de hortaliças, antes considerada principalmente na perspectiva do auto-sustento, e com poucas possibilidades de comercialização, a não ser em feiras nos grandes centros da região metropolitana e entregas diretas a consumidores. Hoje, a participação das mulheres no processo produtivo do lote pode ser potencializada e valorizada por este aspecto da comercialização. Cita-se também o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, cujo objetivo é incentivar a agricultura familiar com ações vinculadas a distribuição de produtos à pessoas em situação de insegurança alimentar, sendo instituído pelo Art.19 da Lei n. 10.696, de 02 de julho de 2003, e regulamentada pelo Decreto n. 6.447, de 07 de agosto de 2008.

Em consequência, em Nova Santa Rita já vem ocorrendo uma maior participação e engajamento das mulheres, e, portanto das famílias, nas atividades coletivas voltadas para as ações produtivas com as hortaliças, e deixa-nos a reflexão de que, na medida em que as mulheres sentem-se incluídas no processo produtivo de forma integral, ou seja, da produção à comercialização, toda a família é beneficiada, pois a horta exige mão-de-obra cotidiana e cuidado permanente. Com as hortas voltadas para a comercialização surgem as demandas de maior investimento em adubação, produção de mudas e sementes, trazendo a necessidade de envolvimento de um número maior de membros da família, o que, geralmente, não ocorre na lógica da monocultura e nem nas culturas de safra.

Novamente, reafirma-se que os cultivos tradicionalmente executados pelas mulheres têm uma proximidade muito grande com a agricultura camponesa, envolvem os membros da família e garantem a sobrevivência para além da safra, com qualidade de vida e diversificação.

No mesmo sentido se encontram, segundo a pesquisa de campo e a vivência profissional da autora, a produção de panificios, geleias (chimias) a partir dos pomares, e compotas de origem vegetal. Aqui também há carência de políticas públicas para a construção de agroindústrias destinadas ao beneficiamento de pães, doces e compotas cuja tarefa é feminina, mas com grande potencial de engajamento da família como um todo.

Sem dúvida, como nos alerta Pollan (2008), ao ser indagado sobre o que os seres humanos devem comer para serem saudáveis: “... coma comida, principalmente vegetais...”.

Em síntese, é inegável até aqui desconsiderar a importância da agricultura camponesa, e, com ela, a participação das mulheres. Aliás, esta é a grande tarefa camponesa, produzir alimentos às populações do campo e das cidades, e, preferencialmente, sem o uso de agrotóxicos e voltados para o mercado interno e local.

5 CAPÍTULO III – PESQUISANDO A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS ASSENTAMENTOS DA REGIONAL ENIO GUTERRES

5.1 Caracterização Sócio-Organizacional dos Assentamentos da Regional Enio Guterres

O presente capítulo busca caracterizar as famílias assentadas na região metropolitana de Porto Alegre, denominada pelo MST como Regional Enio Guterres, com informações realizadas durante a construção participativa dos Planos de Recuperação e Desenvolvimentos dos Assentamentos pela equipe técnica da COPTec do Núcleo Operacional de Nova Santa Rita.



Figura 1 – Localização do município de Nova Santa Rita no estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: IBGE (2008)

Os camponeses assentados na região metropolitana de Porto Alegre são, em sua maioria, oriundos de diversos municípios da região noroeste do Rio Grande do Sul. Grande parte desses agricultores perderam as suas terras ou são filhos de pequenos agricultores ou de outros trabalhadores do campo.

A ocupação deste território pode ser dividida em quatro momentos. No início, em 1988, chegaram as primeiras famílias estabelecendo-se nos Assentamentos Itapuí Meridional, Tempo Novo, Padre Josimo e São Pedro I e II. A partir de 1991, formaram-se os Assentamentos 30 de Maio, Caturrita, Capela, São José, Sino, 19 de Setembro, Conquista Nonoaiense, Integração Gaúcha, 22 de Novembro, Recanto da Natureza e Santa Tereza. O terceiro período, a partir de 1995, com o estabelecimento dos Assentamentos Santa Marta, Lagoa do Junco, Boa Vista, Capão do Leão, Filhos de Sepé, Zumbi dos Palmares. Recentemente, a partir de 2005, formaram-se os Assentamentos Oziel Alves, Santa Rita de Cássia II, Renascer II e Apolônio de Carvalho, com forte presença de famílias que viviam na região metropolitana.

O presente estudo deteve-se na participação de mulheres nas estruturas organizativas de quatro assentamentos localizados no município de Nova Santa Rita, sendo eles: Projetos de Assentamento Capela, Sino, Itapuí Meridional e Santa Rita de Cássia II.

O município de Nova Santa Rita (Figura 1), localizado na região metropolitana do estado do Rio Grande do Sul, foi criado pela lei 9.585, de 20 de março de 1992, e sua instalação realizada em 1º de janeiro de 1993. A estimativa da população residente em 2008 é de 20.591 habitantes, caracterizando o município como um dos menos populosos (1,6% do total) do Conselho Regional de Desenvolvimento - COREDE, cuja população somava, em 2008, 1.287.805 habitantes, numa área de 1.398,5 km², densidade demográfica de 20,9 habitantes por km², taxa de analfabetismo (dado de 2000) de 4,80% e um Produto Interno Bruto - PIB per capita (dado de 2006) de R\$ 17.538,00 (IBGE, 2006).

A microrregião de Porto Alegre é formada por vinte e dois municípios e é caracterizada pela alta urbanização – 96,5% – segundo o Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2006). O grau de urbanização do município de Nova Santa Rita apesar de alto (73,33%) é menor que a média da microrregião e do estado, 81,65% (IBGE, 2006).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M estimado para Nova Santa Rita em 1991 foi de 0,706. Para 2000 este índice aumentou para 0,789, um acréscimo de 11,76% no período. Este crescimento foi acima da média harmônica dos municípios (10,96%) que formam a microrregião de Porto Alegre, cujos valores estimados foram 0,740 e 0,806 em 1991 e 2000 respectivamente. O IDH do estado do Rio Grande do Sul, em 2000, foi estimado em 0,814 (PNUD, 2003).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, na região de Porto Alegre organiza-se em três micros regiões, a saber: Eldorado do Sul, Nova Santa Rita e Tapes, totalizando cerca de 900 famílias, e, ainda, a micro região de Viamão, que aglutina os assentamentos de Viamão, Zumbi dos Palmares e Renascer II, com aproximadamente 400 famílias. Somadas, as quatro micro-regiões formam a denominada “Grande Região de Porto Alegre”, como batizada pelas famílias.

Os assentamentos pesquisados encontram-se na microrregião de Nova Santa Rita e as famílias organizam-se com base na estrutura organizativa do MST. E esta forma estrutura-se da seguinte maneira: as famílias estão inseridas nos núcleos de base - NBs, coordenação geral e direção regional - DR, com reuniões sistemáticas e assembléias. A Coptec é responsável pelo trabalho de assistência técnica em toda a região metropolitana.

A região metropolitana, ou região de Porto Alegre como é mais conhecida, recebeu o nome de Regional Enio Guterres em homenagem a um valoroso militante da reforma agrária que, em 2004, sofreu acidente de carro, vindo a falecer. Em decorrência, o nome desta região tanto é tratado como Regional Enio Guterres, ou, ainda, como regional ou região de Porto Alegre.

Há uma grande juventude nestes assentamentos, responsável pela organização de encontros, seminários e atividades de formação. Uma ação importante são os encontros anuais dos “Sem Terrinhas”, que reúnem os filhos e filhas da reforma agrária para estudar, celebrar a luta, trocar experiências e brincar.

A região também conta com a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre, e das Associações Regionais 19 de Setembro e Filhos da Terra.

A partir de 2004, os assentamentos da regional Enio Guterres buscaram introduzir novos conceitos e métodos de planejamento estratégico nas áreas de Reforma Agrária. Dentro dessa nova perspectiva foram dados passos importantes e adotado o *Método de Validação Progressiva (MVP)*, que consiste nas seguintes

fases: conhecer / decidir / agir / criticar. A partir da implantação deste método de planejamento foram constituídos grupos gestores e construídos programas regionais por linha produtiva e na área social, como são os casos do programa do arroz ecológico, leite, hortas e plantas medicinais, saúde e mulheres.

Os *Grupos Gestores* reúnem todos os agricultores assentados da região interessados nestas linhas produtivas e sociais, em que tanto participam famílias individualmente, como grupos informais coletivos, associações e cooperativas. Estes grupos planejam coletivamente, desde o plantio até o beneficiamento e a comercialização da produção. Além disso, organizam cursos, dias de campo e seminários voltados à produção de base ecológica, e ações voltadas para as demais dimensões que envolvem os assentamentos, como é o caso da saúde.

Foi então, neste processo, constituído o *Coletivo de Saúde Terra e Vida*, composto por famílias dos Projetos de Assentamento Capela, Sino, Itapuí e Santa Rita de Cássia II, que secam e embalam ervas medicinais, produzem remédios caseiros à base destas ervas, bem como xampus, sabonetes, aromatizadores e cremes à base de plantas, para uso familiar e comercialização interna. Este grupo de saúde é responsável pelo acompanhamento do horto coletivo na sede do PA Santa Rita de Cássia II.

Conforme um planejamento estabelecido a cada ano, os representantes dos assentamentos se reúnem para deliberar e encaminhar as questões que envolvem os assentamentos e a luta pela Reforma Agrária.

5.2 Caracterização sócio-organizacional dos assentamentos da micro região de Nova Santa Rita

5.2.1 Assentamento Capela

As famílias são oriundas da região do Alto Uruguai e Missões. A área total é de 2.170 hectares, sendo dividida em 15 hectares de várzea e 5 hectares de coxilha por família, num total de 100 famílias assentadas. O Assentamento está organizado em 5 NBs. No *PA Capela*, 30 famílias participam da Cooperativa de Produção

Agropecuária de Nova Santa Rita Ltda. - COOPAN, fundada em 1995, cuja origem vem do período de convivência na luta pela terra durante o acampamento. Na COOPAN, a vida econômica e social das famílias é organizada e planejada coletivamente.

Outras famílias buscam a mútua ajuda durante os períodos da safra, especialmente na produção do arroz ecológico, cooperando na utilização do maquinário, na troca de mão de obra familiar e na comercialização da produção.

Além da organização interna, advindas com os de núcleos de base e com a COOPAN, existem também os grupos de interesse por linha de produção, como é o caso do leite e o grupo de interesse do arroz ecológico. Eles participam nos grupos gestores regionais do leite, do arroz ecológico e da saúde.

Em alguns períodos do ano, as mulheres do Assentamento se reúnem para trocar experiências, desenvolver estudos de temas diversos e para organizar oficinas, como por exemplo, de artesanato, remédios caseiros e materiais de higiene com base nas plantas medicinais, além de realizar intercâmbios com outros grupos e confraternizações. Adicionalmente, há a *Comunidade Católica São Francisco* em que se realizam missas uma vez por mês na sede comunitária do Assentamento e cerca de uma vez por semana organizam o culto, celebrado pelo ministro da eucaristia, que é sócio da Cooperativa. Algumas famílias freqüentam igrejas pentecostais como *Deus é Amor* e *Assembléia de Deus* e, ainda a *Igreja Anglicana do Brasil*. A grande maioria das famílias é de origem católica.

5.2.2 Assentamento Itapuí Meridional

O assentamento Itapuí Meridional, com sede no município de Nova Santa Rita, ocupa uma área de 1.172 hectares, onde foram assentadas 68 famílias provenientes da região do Alto Uruguai. A fundação do Assentamento data de julho de 1988. Atualmente, o Assentamento encontra-se organizado em 10 grupos para projetos de custeio, tendo somente dois grupos coletivos que representam 12 famílias e os demais são individuais ou possuem alguma sociedade de famílias trabalhando em conjunto com algumas culturas, como, por exemplo, para plantar arroz e na produção e comercialização de hortaliças.

Neste assentamento se destaca a organização da Associação Grupo Erval, composta por famílias que se organizaram desde o acampamento e adotaram as hortas como sua principal linha produtiva e fonte de renda. Atualmente comercializam no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e feiras agroecológicas em Porto Alegre e municípios vizinhos a Nova Santa Rita.

5.2.3 Assentamento Sino

As famílias são oriundas da região do Alto Uruguai e Missões. A área total do assentamento compreende 280 hectares, totalizando 15 hectares por família, num total de 13 famílias assentadas.

O Assentamento está localizado na bacia hidrográfica do rio Caí, a cerca de 2 km das margens da BR 386 e a 34 Km da capital.

Após passar por vários acampamentos, as famílias foram assentadas em 1994 e estão organizadas em um núcleo de base. A partir de 2005, iniciaram um processo coletivo de planejamento para as áreas da produção e social.

A grande parte das famílias do *PA Sino* participa da estrutura organizativa regional, como citado anteriormente, como é o caso da COOTAP, e das Associações Regionais Filhos da Terra e 19 de Setembro, assim como, neste Assentamento, encontram-se representações nos grupos gestores regionais do leite, da saúde e das hortas e plantas medicinais, onde os debates regionais são levados para as reuniões do núcleo.

Outra forma organizativa presente no Assentamento é a Associação Renovadora, integrada por 17 pessoas. Atualmente, a Associação participa do Programa Fome Zero do Governo Federal, com o município credenciando entidades para proporcionar doações de cestas básicas às comunidades carentes. Esporadicamente as mulheres do Assentamento se reúnem para estudar e organizar oficinas para a produção de remédios caseiros, materiais de limpeza e higiene, entre outras ações. As mulheres, no geral, participam e estimulam todas as atividades desenvolvidas no assentamento. Ainda, uma vez por mês um padre da igreja católica celebra missa na comunidade católica Santa Luzia, em uma estrutura coordenada pelas famílias.

5.2.4 Assentamento Santa Rita de Cássia II

As famílias são oriundas da região do Alto Uruguai, Missões. A área total é de 1.660 hectares, sendo dividida em 8 hectares de várzea e 4 hectares de área enxuta (seca) por família, num total de 102 famílias assentadas. O Assentamento está organizado em bolsões, e cada grupo, ou bolsões, possui sua organização e planejamento.

O Assentamento está localizado na bacia hidrográfica do rio Caí e às margens da BR 386, a 30 km da capital. Desenvolvem-se as atividades orizícola, bovinocultura leiteira, piscicultura, olericultura e plantação de aipim, plantas medicinais e barãos.

As 102 famílias do *PA Santa Rita de Cássia II* fazem parte do MST, e as famílias reúnem-se quando há demandas emergenciais no Assentamento, além da organização de grupos de produção para o arroz ecológico, das hortas e do leite. Na organização regional do MST de Porto Alegre (Enio Guterres) participam 10 representantes indicados pelos bolsões. É necessário informar também que neste momento esta estrutura organizativa do assentamento está em fase de mudanças.

A partir de 2010 as mulheres do PA iniciaram um processo de reuniões e oficinas mensais, se envolveram na produção de hortaliças e plantas medicinais e buscam participar da coordenação geral do assentamento.

Especialmente em 2010 novos passos foram dados e as mulheres iniciaram um envolvimento mais intenso na comercialização da produção, participando em feiras no município de Nova Santa Rita e Canoas, e no PAA de São Leopoldo.

5.3 A participação das mulheres nos assentamentos pesquisados

No contexto do presente estudo, compreende-se que participação é o envolvimento das mulheres assentadas nas atividades coletivas, como os núcleos de base dos assentamentos e/ou outros espaços coletivos regionais, por exemplo, os dias de campo, cursos, confraternizações, lutas e marchas. Esta participação pode ser tanto na condição de convidadas, como, também, de organizadoras das

atividades. Participar implica em estar presente, contribuir com idéias e com a execução prática das decisões deliberadas.

Consideram-se núcleos de base os espaços coletivos que discutem os problemas dos assentamentos, a organização da produção, a luta camponesa, e a cooperação. O núcleo de base deve reunir a dimensão social, política e econômica, sendo a base, neste caso, do assentamento.

Conforme Benevides (2005)

participação popular é a expressão da cidadania ativa e a realização concreta da soberania popular. É a possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder, ou os poderes, em vários níveis ou instâncias. Por participação popular entendem-se vários níveis de modalidades políticas, mas o ator principal é sempre o mesmo: o povo soberano (BENEVIDES, 2005, p. 1-2).

De acordo com Carvalho (1994), ocorre em vários espaços a *participação constrangida* que trata, especialmente, da participação de pessoas que se encontram em situação de pobreza crônica, e sua capacidade de obter benefícios através de políticas públicas, tornando-se beneficiárias de favores, numa relação de dependência

São as práticas de mobilização e participação que tendem a reforçar a dependência ao benefício e, de certa maneira, àquele que o proporciona, contribui para um processo de participação constrangida (CARVALHO, 1994, p. 3).

Mas, pode-se aproveitar de momentos conjunturais para romper com estas práticas de dependência, de favores e passar à *participação consensuada*, como nos alerta Carvalho (1994)

As pessoas não seriam percebidas como beneficiárias, mas como sujeitos históricos: pessoas que acumularam uma história de saber e de fazer, de viver e de transformar o mundo em que se encontram, uma totalidade na sua singularidade que exige, numa correlação de forças dada, o respeito ao seu ser e ao seu vir-a-ser (CARVALHO, 1994. p. 4).

Nesta perspectiva, muitas questões de participação estão vinculadas à forma como os governos têm tratado as políticas públicas, ou seja, a maioria atende às dimensões objetivas da vida das pessoas, às necessidades concretas e materiais, que, apesar de fundamentais, não atendem às dimensões sociais, culturais,

religiosas, entre outras, e, por isso não contempla a riqueza que são os valores acumulados pela humanidade, como a dimensão do trabalho, da cooperação e da ética.

Conforme diz Bogo (2002), a grande tarefa é resolver este mistério de melhor misturar gente com terra para fazer a reforma agrária. Neste contexto, Bogo está se referindo à participação das famílias camponesas na luta, no assentamento, nas instâncias da organização em busca dos mesmos objetivos. Conforme este autor, participar quer dizer fazer parte de algo maior, ter o reconhecimento da importância de compor algo maior do que somos individualmente.

Também contribui nesse debate João Bosco Pinto (s/d), ao demonstrar que, nos processos sociais, constituem-se dois tipos de grupos: os grupos instrumentais e os grupos expressivos:

O grupo expressivo não se constitui com um propósito preciso, mas principalmente para permitir dentro de uma agrupação humana a libertação de certas tensões, através de manifestações afetivas. Ele se assemelha, portanto, aos grupos primários (famílias), sem confundir-se totalmente com eles. Por exemplo, um clube de senhoras que se reúne para costurar, jogar cartas, embora aparentemente elas tenham como objetivo realizar uma determinada tarefa (jogar, costurar), estes propósitos são apenas intermediários, sendo o objetivo principal do grupo o desenvolvimento de relações afetivas interpessoais para a liberação de tensões internas.

O grupo instrumental está igualmente constituído por um número determinado de pessoas que estabelecem relações entre si, mas com propósitos bem determinados, para cuja consecução estabelece um determinado curso de ação. Estes propósitos podem ser os mais variados: resolver um problema comum, de natureza econômica, política, social, intelectual, técnica, etc. A percepção do problema, o consenso na necessidade de obter sua solução e a unidade na ação, entre outras, caracterizam o grupo instrumental (PINTO, s/d, p. 2-3).

Compreende-se que o processo de participação construído pela luta social, como é o caso dos assentamentos organizados pelo MST, se relaciona à participação consensuada, ou seja, as famílias envolvidas são “sujeitos históricos, pessoas que acumularam uma história de saber e de fazer, de viver e de transformar o mundo em que se encontram, são uma totalidade na singularidade”, são portadoras de sonhos e de experiências diversas. São famílias que se desafiaram a mudar a sua própria realidade, construíram e percorreram uma caminhada, apesar dos sucessos e das frustrações. Não significa que, por isso, já está pré-estabelecida e garantida sua autonomia frente aos governos e frente suas necessidades objetivas e subjetivas.

Nos assentamentos pesquisados, com a participação ativa das mulheres, estão presentes as diversas dimensões da vida, tanto ligadas à cultura, às relações de gênero, à ética e à política, como também às atividades materiais e produtivas. Estas famílias Sem Terra, pelo protagonismo demonstrado na conquista do assentamento, não são, na opinião da autora, beneficiárias de políticas públicas que se acomodaram com o benefício e, com isso, se tornam dependentes e subordinadas, como nos diz a participação constrangida.

Ainda, segundo Bogo (2002), os assentamentos têm a oportunidade de potencializar e fortalecer a participação e a convivência social das pessoas, seja pela proximidade das moradias, pela organização através de núcleos de base, pelos objetivos semelhantes, ou, ainda, por laços afetivos de vizinhança ou familiares.

Na busca da compreensão da agricultura camponesa, com suas dimensões e suas contradições, Paulo Freire (1997) manifesta-se a respeito de opressores e oprimidos

O “homem novo” para os oprimidos, não é o homem a nascer da superação da contradição, com a transformação da velha situação concreta opressora, que cede lugar a uma nova, de libertação. Para eles, o novo homem são eles mesmos, tornando-se opressores de outros. A sua visão de homem novo é uma visão individualista. A sua aderência ao opressor não lhes possibilita a consciência de si como pessoa, nem a consciência de classe oprimida. Dessa forma, por exemplo, querem a Reforma Agrária, não para se libertarem, mas para passarem a ter terra e, com esta, tornar-se proprietários ou, mais precisamente, patrões de novos empregados (PAULO FREIRE, 1997, p. 33).

Paulo Freire, com isto, nos lembra a própria opressão vivenciada pelas mulheres, consequência da sociedade privada e monopolista, e vai além, ao dizer que “raros são os camponeses que ao serem “promovidos” a capatazes, não se tornam mais duros opressores de seus antigos companheiros do que o patrão mesmo”, significando que a sua situação concreta, de opressão, não foi ainda transformada.

Além desse aspecto, traz-nos à reflexão a contradição, de um lado o desejo de conquistar, sim, a terra, mas para torná-la sua propriedade privada, e a terra é um bem da e para a humanidade como o próprio MST nos lembra: “Terra é para quem nela trabalha”, ou “é preciso cuidar da terra para as futuras gerações, e não para si próprio”. A motivação aqui é mais ampla do que a propriedade privada, torna-se coletiva.

Ou ainda conforme Pertti (2010)

Pela própria experiência, todos nós sabemos como é gratificante e complicado trabalhar e conviver com outras pessoas. A vida se torna rica através da alegria, do afeto, das dificuldades e das ações compartilhadas com as demais pessoas. Se todos nós desejássemos o bem do outro não haveriam brigas, separações e conflitos. As contradições são chaves do dinamismo e crescimento de vida. O contato com outra pessoa é contato consigo mesma. (PERTTI, 2010, p. 8)

Na realidade brasileira atual, onde as demandas básicas do ser humano não foram sequer resolvidas, como é o caso do direito ao trabalho, moradia e alimentação, se torna mais difícil tratar das dimensões subjetivas, que ultrapassam as necessidades materiais, ou da renda, que seja. E estas dimensões, pelo menos por parte dos que vivenciam diretamente nos assentamentos, como é o caso dos coletivos de mulheres, e dos próprios técnicos da Coptec, dão a impressão de desnecessárias, e colocadas como “tarefas das mulheres cuidarem”.

Mas a pesquisa indicou, conforme trataremos no próximo capítulo, que ao ser resgatada a participação nos espaços coletivos e/ou familiares, os camponeses estão, ao mesmo tempo, fortalecendo a agricultura camponesa e gerando renda à suas famílias. E foi além, indicando que a motivação inicial das mulheres à participação passa por um conjunto de elementos articulados entre si, desde o gosto pela convivência e pelo diálogo, como a busca por apreender coisas novas para melhorar sua vida e de sua família, e, por isso mesmo, transformadora da realidade. A motivação envolve, portanto, aspectos subjetivos e objetivos.

6 CAPÍTULO IV – ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS E DIMENSÕES DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

Compreende-se a partir da pesquisa efetuada no presente estudo e dos relatos das mulheres, que a estratégia econômica do lote familiar passa, ou deve passar, necessariamente, pela diversificação da produção, pela adoção de práticas de base ecológica, pela renda mensal e pela produção das próprias sementes, e aqui residem alguns elementos de autonomia camponesa.

Com estas práticas, as mulheres negam a agricultura capitalista nas suas ações cotidianas, em suas lutas, em sua organização, e afirmam o novo neste seu fazer prático. É nesta práxis social que é possível enfrentar o agronegócio e criar referências de algo novo (símbolos de uma nova sociedade).

Assim, nos grupos de mulheres, conforme constatado pela pesquisa se percebe uma combinação de objetivos e relações, que podem ser tanto afetivos, informais, como relações consideradas formais, de cunho econômico. Por isso afirma-se que não há uma separação rígida entre os dois tipos de grupos, e, eventualmente, um pode se transformar em outro. As mulheres, de forma geral, combinam bem com esta “mistura” do formal com o informal, do econômico com o afetivo.

João Bosco (s/d/) nos alerta para a reflexão (no caso os assentamentos), da existência de coletivos, ou agrupações humanas, que compartilham de uma área geográfica, que possuem certa homogeneidade social, econômica e cultural, sendo unificados por propósitos comuns (a Reforma Agrária), mas, nem por isto deve ser desconsiderada a existência de interesses diferentes, e, portanto, de conflitos. Estes conflitos e contradições estão presentes na esfera da produção e da reprodução, e precisam ser aceitos para, posteriormente, ser superados.

Na pesquisa de campo realizada com algumas mulheres dos assentamentos da região de Nova Santa Rita constatou-se que participação significa conviver, trocar idéias e experiências, aprender coisas novas, fugir um pouco dos problemas individuais e compartilhá-los, o gosto pelas conversas proporcionadas pelos espaços coletivos, e a integração. Ao referirem-se “fugir dos problemas”, as mulheres estão tratando dos problemas cotidianos comuns, como por exemplo, as brigas entre os

filhos, desacordos com os maridos, fazer as mesmas tarefas domésticas praticamente todos os dias (lavar, passar, cozinhar), enfim. Algumas mulheres ainda demonstram elementos como “...gosto de passar para as pessoas o que é bom, como o privilégio que tive de conquistar a terra, mostrar e estimular para que as mulheres nunca desistam da luta, que vale a pena...”. Ou, ainda, dizem simplesmente que “...participo porque gosto de aprender...”, ou “...é bom compartilhar a vida, que é muito parecida com a de outras mulheres...”. A vida no acampamento também é lembrada pelas mulheres que hoje vivem nos assentamentos mais antigos da região, onde a participação era mais intensa, segundo elas.

Nas entrevistas também é percebido que algumas mulheres vinculam a sua participação às estratégias de proporcionar mudanças positivas na família, como possibilidades de aprender mais para contribuir com a renovação de hábitos alimentares, por exemplo, “...a participação em oficinas, estudos e trocas de experiência ajudaram na mudança dos hábitos alimentares de minha família, antes meu marido só sabia comer com carne, e hoje aceita hortaliças e legumes...”.

Aparece nos depoimentos como elementos motivadores de participação algumas estratégias econômicas, como por exemplo, participar para aprender mais e, assim, trocar produtos “...o que eu não tenho posso trocar ...”, ou seja, o que é produzido em um lote pode ser trocado pelo que não é produzido em outro. Também participar para reproduzir em casa o conhecimento, garantindo, inclusive, maior economia.

Já é possível compreender que participação para as mulheres vai além das perspectivas econômicas, é mais do que a simples necessidade da renda. É encontro, diálogo, integração, conhecimento, é tornar a vida mais alegre. A influência da renda não aparece espontaneamente como um dos principais elementos de motivação à participação.

Como nos diz Pertti (2010)

Motivação é a questão fundamental para a aprendizagem, o trabalho, o desenvolvimento pessoal e o bem estar de uma pessoa ou um grupo. Sem motivação há uma quase paralisação das possibilidades. Com ânimo de motivação e entusiasmo a pessoa/o grupo vence as dificuldades e luta pelo sucesso dos seus ideais com energia, persistência e alegria contagiante. Motivação é um tipo de energia psicológica, como uma chama interna, que faz a pessoa se esfoar, ter vontade de agir. O ser humano tem vários níveis

de motivação ligados a procura de satisfazer suas necessidades, desejos e ideais. No fundo a motivação é amor pela vida (PERTTI, 2010, p. 20).

Também fruto da pesquisa é possível abrir para reflexões mais amplas, como... “participo porque me sinto livre, só quem participa é livre ...”, ou “...se todos pensam só em si não se consegue ser livre...”. Ou ainda “...participo porque são espaços de partilhar a solidariedade e a alegria...”, ou lembram da organização MST dizendo “ ...participação é nossa organização, é mais força contra o capital, sozinha não teria conquistado o que tenho hoje...”.

Estas afirmações podem ser percebidas nos encontros de mulheres organizados pelo MST, conforme registrado na Figura 2, onde estão estampadas a alegria a presença da organização, e das crianças.



Figura 2 – Encontro Estadual de Mulheres do MST, Viamão – 2011
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Ainda aproveitando o tema da motivação, é costumeiro no MST dizer que a mística deve perpassar todo o trabalho da organização, sendo compreendida como energia vital (de vida), enquanto animação, impulso, garra. E sem a mística se morre, e morre a organização. A mística, portanto, é entendida como um conjunto de motivações que são sentidas no dia-a-dia, que impulsionam para frente, responsável por reduzir a distância entre o presente (realidade) e o futuro (horizonte), fazendo

alcançar, antecipadamente, os objetivos almejados. A mística é a motivação interna, que anima e faz vibrar. É sentimento e ação (Concrab/MST, 1997).

Com isto, as motivações que levam à participação, realmente, não podem ser compreendidas por um único fator, sejam eles objetivos ou subjetivos, como foi tratado nos grupos expressivos, inclusive.

As mulheres, de forma geral, apropriam-se de elementos da mística como motivadores à participação ao afirmarem, na pesquisa, que a convivência, a integração, o diálogo e a alegria são fundamentais.

Neste mesmo sentido, a pesquisa apontou a importância e a significação do auto-sustento e da diversificação da produção, e o papel das mulheres neste processo. Aqui auto-sustento deve ser entendido para além da renda direta, transformada em dinheiro, mas para compor a renda indireta, àquela economizada pela garantia da produção no lote, como expressaram as mulheres na pesquisa. Mas este mesmo auto-sustento, pode, e a experiência em Nova Santa Rita vem demonstrando, transformar-se em fonte de renda monetária e proporcionar maior envolvimento das mulheres na comercialização.

O auto-sustento é tratado como um dos elementos da agricultura camponesa, não o único e nem o principal, mas enquanto parte importante na sobrevivência e qualidade de vida das famílias na Região.

A auto-estima eleva-se ao perguntar-se para as mulheres o que significa auto-sustento, logo aparecem definições como "...é produção de alimentos, tudo o que a gente tira da terra e não precisa comprar...", ou "...é produzir tudo, e com a venda comprar o que não se tem...", "...é tudo, se fosse para não viver da terra, ficaria na cidade...", "...é produzir um pouco de tudo para comer..."

Na pesquisa efetuada, as mulheres também identificaram o auto-sustento com liberdade e dignidade, ao afirmarem "...é o que posso tirar da propriedade, começando pela minha dignidade...", "... se a gente trabalha e tira seu próprio sustento, é tudo...", ou, ainda, "... é renda com dignidade..."

E produzem realmente de tudo um pouco, conforme identificado na pesquisa de campo através das entrevistas. É pomar com muita variedade de frutos da época, é horta com produtos diversificados, é a produção de pomadas e remédios caseiros à base das plantas medicinais e os materiais de higiene e de limpeza, os diversos produtos de panificação (pães, bolos,ucas, bolachas), os variados doces, chimias

(geleias) e compotas produzidas com as frutas e legumes da época, são os queijos e as natas, além das criações.

Na participação em oficinas, as mulheres aproveitam para fazer o seu próprio sabão e outros tipos de materiais de limpeza, e se orgulham ao dizer "...nunca mais comprei sabão...".

Sem dúvida, a partir das entrevistas e da vivência pessoal nos assentamentos pode-se concluir que são as mulheres as principais responsáveis pela produção diversificada de alimentos nos assentamentos da Região. Impressionamo-nos quando a resposta, rápida e alegre, à pergunta sobre o que há no pomar ouve-se "...fruta todo o ano, mesmo que de algumas só tenho três ou quatro pés...". É fato, frutas como laranja, bergamota, goiaba, acerola, lima, manga, caqui, banana, pêsego, figo, araçá, joão-bolão, framboesa, jaboticaba, pitanga, limão, maracujá, amora, foram citadas por, praticamente, todas as entrevistadas. Além das hortaliças, em que algumas entrevistadas mostraram com orgulho sua produção variada, e outras se justificam, comentando que já houve dias melhores na horta, mas a falta de estrutura e investimento prejudicou a produção "...mas assim que der, volto a semear de tudo na minha horta...".

Cabe, também, pontuar, até como forma de inclusão nas metodologias do trabalho técnico, a percepção que o modo de vida e o consumo urbano estão presentes nos assentamentos, e o aumento pelo consumo de itens alimentares que não são possíveis de serem produzidos no lote, como é o caso de achocolatados em pó, bolachas e salgados cheios de aroma, cores e sabores que, mesmo artificializados, são atrativos, vêm aumentando gradativamente.

Contraditoriamente, foi unânime nas entrevistas a importância das plantas medicinais para a família, sendo contadas histórias como "...há muito tempo não levo meu filho no médico para curar gripe, só trato com chá e xarope caseiro..." ou "...desde que comecei a tratar com plantas medicinais, não parei mais, e hoje as pessoas vêm na minha casa buscar remédios...". Em suas histórias falam do uso desde a época das avós, e outras iniciaram seu uso no acampamento da Reforma Agrária.

Sem dúvida, como já referido em outros momentos desta pesquisa, as mulheres desempenham papel relevante no auto-sustento, seja pelo fato de se ocupar da alimentação da família ao preparem os alimentos, seja na lida diária na

horta, pomar e pequenas criações, ou, ainda, na participação de espaços coletivos que estimulam estas linhas produtivas.

Não foi objetivo desta pesquisa quantificar a renda gerada pelo auto-sustento, mas informações colhidas nas experiências acompanhadas pela Coptec através da aplicação de ferramentas metodológicas como o MVP, pode-se afirmar que na região metropolitana a produção familiar gerada para o auto-sustento gira em torno de R\$ 320,00. No anexo 4 consta a tabela utilizada no MVP para o levantamento dos gastos com alimentação.

A maioria das entrevistadas cujas motivações à participação ultrapassam os limites da renda, também já participou, ou participa de algum núcleo de base ou grupo coletivo do assentamento.

Ao mesmo tempo é percebido, pelo resultado das entrevistas, que as mulheres ainda não participam dos grupos gestores de algumas linhas produtivas na Região, como é o caso do grupo gestor do leite. Mesmo sendo elas que, geralmente, tiram o leite, são os homens que participam das reuniões quando a pauta é preço ou a rota do leite.

No caso do grupo gestor das hortas e plantas medicinais foi percebido, conforme tratado no capítulo III deste trabalho, que a participação das mulheres vem aumentando gradativamente, e quando se trata da participação nos coletivos de saúde e das ações produtivas com as plantas medicinais e panifícios, quase a totalidade são mulheres.

Na pesquisa efetuada foi destacado pelas mulheres do assentamento Santa Rita de Cássia II a formação de um grupo de 30 mulheres voltado para o desenvolvimento de hortaliças, familiarmente (em cada lote) e coletivamente (envolvimento de todas as mulheres do grupo). Neste mesmo assentamento estão constituídos três grupos de produção de hortaliças para a comercialização no PNAE, PAA e em feiras agroecológicas, contando com participação direta das mulheres na esfera da produção e da comercialização. Aliás, recentemente, desafiaram-se na implantação de uma feira no município de Nova Santa Rita, conforme pode ser observado na Figura 3.



Figura 3 – Feira no município de Nova Santa Rita – PA Santa Rita de Cássia II

Também se destaca a participação das mulheres do assentamento Sino sempre estimulando os debates gerais e as atividades coletivas, tanto na região como no assentamento. Além da participação efetiva no Coletivo Regional de Saúde, estimulando e produzindo materiais de higiene e limpeza, conforme pode ser observado na Figura 4.



Figura 4 – Mulheres do assentamento Sino mostrando a produção de detergentes e amaciantes caseiros.

Apesar do esforço na produção para o auto-sustento, também é percebido nos assentamentos pesquisados que as mulheres ainda têm um caminho a percorrer na perspectiva do mercado, tarefa geralmente masculina por ser externa à casa, ao lote. Por mais que o envolvimento das mulheres na produção de hortaliças, por exemplo, seja intenso, de forma geral, são os homens que participam das reuniões que tratam de preço, da rota e da comercialização.

A pesquisa efetuada reforçou a motivação inicial da pesquisa, ou seja, buscar compreender a agricultura camponesa e vincular o papel desempenhado pelas mulheres nesta agricultura seja com a produção para o auto-sustento (hortas, pomar, pequenas criações, plantas medicinais), seja pela participação em espaços coletivos para muito além da perspectiva objetiva e direta da renda.

Então, é possível arriscar a afirmação que de fato as mulheres fortalecem a agricultura camponesa, e conseguem vincular as várias dimensões da vida e do assentamento em suas ações cotidianas, e, ainda, com suas práticas e participações, questionam e se contrapõem ao agronegócio concretamente.

As Figuras 5 e 6 demonstram que, ao mesmo tempo que as mulheres organizam-se em lutas de enfrentamento direto, também são capazes de produzir sabonetes de glicerina à base de plantas medicinais para seu uso e de sua família. Ações comprometidas se combinam, e se entrelaçam.



Figura 5 – Mulheres da Via Campesina na ocupação da Storaenso, em 2008.
Fonte: trabalho de campo, 2008.



Figura 6 – Coletivo de Saúde Terra e Vida produzindo sabonetes de glicerina.
Fonte: Trabalho de campo.

De fato, a agricultura camponesa traz a ênfase na centralidade das necessidades reprodutivas da família, onde a família decide coletivamente as atividades do lote (desenvolvidas por homens e mulheres), e coloca que as esferas da produção e do consumo são indissociáveis. E, nesta perspectiva, é percebido que as famílias que se dedicam ao auto-sustento (aqui famílias, não somente as mulheres), ao mesmo tempo são estimuladas a participar da organização da comercialização, como é o caso do assentamento Santa Rita de Cássia II, onde as mulheres iniciaram investindo nas hortas para o auto-sustento, e hoje estão na feira, PNAE e PAA.

Outro fator importante no debate da agricultura camponesa e papel das mulheres é a compreensão de que as necessidades e condições reprodutivas (alimentação) vêm prioritariamente no lote, e, mesmo que expectativas de renda monetária se frustrem, a unidade produtiva camponesa continua com sua produção para o auto-sustento, e, provavelmente, se reerguerá com mais facilidade a partir disso.

Foi também possível compreender a necessidade de aprofundar com as mulheres as origens da sociedade patriarcal e as relações de gênero no processo de construção da agricultura camponesa nos assentamentos. Encontraram-se limites durante a provocação de discussões teóricas e conceituais acerca de temas como

patriarcado, e mesmo conceitos sobre agricultura camponesa e gênero, deixando clara a demanda de estimular o estudo entre as famílias camponesas.

Mas, o mais importante é o que nos ensina a mística do MST, onde sentimento e ação caminham paralelos. E os homes e mulheres, famílias camponesas, presentes e juntos nos espaços da reprodução e da produção, com a clara compreensão de que cada qual desempenha importante papel, e estes papéis se complementam entre si, com diferenças, sim, mas sem preconceitos e discriminações impostas por esta sociedade de classes.

Finaliza-se com uma poesia de Daniel Salvador (2006)

Tem cheiro de luta. Espalha pelo ar o aroma das novas relações. O odor da sociedade nova, justa, solidária, socialista!
Mas há pétalas também. Pétalas de flores colhidas nos jardins que ficam atrás dos muros da ganância, do lucro, da exclusão, da tripla jornada de trabalho.
Colhidas nos campos que ficam atrás das cercas da concentração, da violência do abuso de poder. Pétalas colhidas sob o túmulo da expropriação, da discriminação.
Quem são vocês, que refletem o meu ser como espelho?
Que me enfeitiçam como as bruxas para a luta?
Sim, irei ao seu encontro, arrancando as máscaras, despojando-me dos medos, derrubando preconceitos...
E quando nos abraçarmos e sentirmos nossas diferenças nos contemplando, então saberei seu verdadeiro nome, a chamarei de coragem, sonho, loucura, paixão, luta, mulher!
(DANIEL SALVADOR, 2006, contra capa).

7 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi desenvolvido no decorrer deste trabalho, com a revisão bibliográfica e as entrevistas realizadas e observadas as vivências dos atores envolvidos foi-nos possível obter algumas conclusões, ou, no mínimo reflexões, acerca dos temas propostos, ou seja, até que ponto as mulheres se identificam com a agricultura camponesa e, com ela contribuem, além de identificar suas principais motivações à participação nos espaços coletivos dos assentamentos localizados na microrregião de Nova Santa Rita, bem como a participação e o envolvimento na produção voltada para o auto-sustento.

Um aspecto importante a ser levando em consideração nesta reflexão é que estes cultivos voltados ao auto-sustento, quando potencializados e estimulados, podem levar a um maior envolvimento da família, e, muito provavelmente, levam a perspectivas de comercialização, como é o caso das feiras, PAA e PNAE. Mas esta questão merece um maior aprofundamento, assim como a quantificação da renda gerada a partir do auto-sustento, uma vez que não foi objeto do presente estudo.

Igualmente foi observado nesta reflexão que, apesar do intenso trabalho e presença das mulheres nos assentamentos, ainda há um caminho a ser percorrido na perspectiva do mercado, pois mesmo que gradativamente esta participação venha crescendo ainda são, na maioria das vezes, os homens que tratam de preço, de rota e de comercialização nas reuniões da regional Enio Guterres.

Compreende-se que não seja possível falar de agricultura camponesa e geração de renda sem a construção ou fortalecimento de metodologias, estudos e ações que se voltem à compreensão das várias dimensões que envolvem a produção e o assentamento, levando em consideração os aspectos sociais, culturais e econômicos.

Vale ainda ressaltar, a pesquisa reforçou a motivação inicial, ou seja, há, de fato, um importante papel sendo desempenhado pelas mulheres na perspectiva da agricultura camponesa nos assentamentos de Reforma Agrária citados, seja pela intensa e comprovada produção de cultivos voltados para o auto-sustento (hortas, pomar, pequenas criações, plantas medicinais, materiais de limpeza e higiene), seja pela participação em espaços coletivos para muito além da perspectiva objetiva e

direta da renda, contemplando as várias dimensões que envolvem o ser humano e o assentamento, sejam elas de caráter social ou econômico. Em consequência, pode-se afirmar que, de fato, as mulheres fortalecem a agricultura camponesa e conseguem vincular as várias dimensões da vida, e do assentamento, em suas ações cotidianas, e, ainda, com suas práticas questionam e se contrapõem ao agronegócio e sua política voltada para a monocultura e exportação. Simultaneamente, organizam o enfrentamento direto ao agronegócio, como é o caso das várias lutas que vêm sendo travadas pelas mulheres do MST, também se orgulhando dos sabonetes e hortas produzidos.

E isto é existência, como nos diz a poeta Diva Lopes (2011)

Não me privo da arte de existir.
Existo na luta por uma vida compartilhada
entre a natureza e a humanidade.
Cultivo a terra e as consciências.
Produzo a vida na coletividade,
animo o povo a subverter o estabelecido.
Existo sobretudo porque acredito na insubserviência.
Na ação coletiva dos injustiçados.
Na capacidade de superação humana.
Na arte de recriar as vidas
(LOPES, 2011, p.18).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Revista Estudos Econômicos**. Duas visões do comportamento camponês. São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica, nº 2, 1990.

ANCA. **Plantar, colher, comer: o caminho da Soberania Alimentar**. Brasília, 2007.

BENEVIDES, Maria Vitória. **As instituições da democracia representativa**. São Paulo, 1991.

BOGO, Ademar. **O Vigor da Mística**. São Paulo, 2002.

CARVALHO, Horácio Martins. **Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba: IICA/NEAD/MIPF, agosto de 1998, mimeo, 83 p.

_____. **O campesinato no século XXI**. Petropolis-RJ: Vozes, 2005.

_____. **A participação e a organização consensuadas como uma das dimensões da cidadania**. Curitiba, 1994.

_____. **Método de validação progressiva**. Curitiba, 2004.

CONCRAB. **Caderno de Cooperação nº 13** - Construindo o planejamento participativo no assentamento: processo de planejamento e organização do assentamento (PPOA). Brasília, 2005.

Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE). 2009.
www.nidus.org.br/coredesrs/sitemgr/sitemgr-site. Acesso em: 20 de maio de 2011.

COOTAP/COPTTEC/PLAMSUR. **Integrando Saberes**: relato da experiência do Programa de Saúde em Assentamentos do MST, regional Porto Alegre. 2008.

CHRISTIANE, Senhorinha Soares Campos. **Pobreza e Exclusão Feminina nos Territórios do Agronegócio – o caso de Cruz Alta**. UFRGS, Instituto de Geociências – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre, 2009.

IASI, Mauro. **Olhar o mundo com os olhos de mulher?** São Paulo, 1991.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2009.
www.ibge.gov.br/cidades.

INCRA. **Pesquisa sobre qualidade de vida nos assentamentos de reforma agrária**. Brasília, 2010.

INCRA/COPTec. Diagnóstico Situacional - Plano de Recuperação do Assentamento - Assentamento Capela. **Relatório Técnico**, 2009.

_____. Diagnóstico Situacional - Plano de Recuperação do Assentamento - Assentamento Itapuí Meridional. **Relatório Técnico**, 2009.

_____. Diagnóstico Situacional - Plano de Recuperação do Assentamento - Assentamento Sino. **Relatório Técnico**, 2009.

_____. Diagnóstico Situacional - Plano de Desenvolvimento do Assentamento - Assentamento Santa Rita de Cássia II. **Relatório Técnico**, 2009.

LESSA, Sergio. **Os comunistas e família Monogâmica**, São Paulo, 2010.

LOPES, Diva. **Um instante de transgressão**. Maranhão, 2011.

MANÇANO, Bernardo Fernandes. **Delimitação conceitual de campesinato**. São Paulo, s/d.

MICHAEL, Pollan. **Em Defesa da Comida – um manifesto**. Rio de Janeiro, 2008.

MST. **Construindo novas relações de gênero**. São Paulo, 2003.

MST. **Os assentamentos no centro de nossas ações**. São Paulo, 2006.

_____. **Metodologia de trabalho e inserção da assistência técnica no MST.** Brasília, 2004.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura.** São Paulo: Ática, 1987.

PERTTI, Simula. **Cooperação e Relações Humanas.** Porto Alegre, 2010.

PINTO, João Bosco. **Trabalho com grupos e mobilização comunitária.** São Paulo, s/d.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e Impérios Alimentares.** Porto Alegre, 2008.

TAVARES DOS SANTOS. José Vicente. **Colonos do Vinho.** São Paulo: Hucitec, 1978.

ANEXOS

ANEXO 1 – Questionário - Identificação e auto-sustento

Nome do Assentamento:

I – Dados gerais da família

Nome do membro	idade	parentesco	mora lote	trabalha lote

II – Produção

O que considera como auto-sustento?

Porque é importante o auto-sustento?

E as plantas medicinais como compreendem seu uso e importância:

Tabela sobre o auto-sustento.

TABELA (auto-sustento e diversificação) - O que é produzido no lote

No pomar (nº pés e variedades)	Na horta/horto (tamanho, variedades)	Na lavoura (ha, o que)	Nas criações (nº :gado, porco, galinha, peixe,...)	Outros produtos (geral: queijo, padaria, ovos, ...)	Plantas Medicinais (faz remédios, sabão, ...)

Produção de insumos:

- () Sementes e mudas (hortaliças)
- () Biofertilizantes
- () Adubo
- () outros: _____

ANEXO 2 – Questionário - participação

Participa na vida do assentamento atuando em qual atividade?

- Núcleo de Base
- Comunidade
- Grupo de Mulheres
- Coordenação
- Setores/grupos
- Não participa

Qual a frequência com que ocorrem as reuniões: _____

Participa de algum outro espaço organizativo na região:

Qual: _____

Participa das lutas organizadas no MST: Quando foi a última: _____

Participou, ou participa de algumas instâncias do MST:

- coordenadora NB
- DR (direção regional)
- DE (direção estadual)
- Coletivo (regional ou estadual ou nacional)
- outros _____

Se sim, quando: _____

O que te motiva a participar dos espaços coletivos do assentamento, e /ou região:

No documento da terra (RB) como aparece seu nome:

- titular
- titular, junto com o com o cônjuge
- não tem nome no documento

ANEXO 3 – Questionário - participação

(mulheres do coletivo de saúde – entrevista informal, em conjunto)

Quais os motivos, o que motivou, a participação no coletivo regional de saúde?

A sua participação no coletivo de saúde regional estimulou a participação em outros espaços coletivos da organização e/ou assentamento?

O que entendem por participação?

Como os companheiros/esposos enxergam, comentam sobre a sua participação no coletivo?

ANEXO 4 – Tabela Assentamento Sino – MVP

CEREAIS E DERIVADOS	Unid.	QUANTIDADE	COMPRADO	DO LOTE	EM R\$
LEGUMINOSAS					
OUTROS					
CARNES E PESCADOS					
OVOS, LEITE E QUEIJOS					
AÇUCARES E DOCES					
FRUTAS					
LEGUMES					
OLEOS E GORDURAS					
OUTROS					
COLOCAR O TOTAL EM R\$					